

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 51/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

(Contém 34 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADORA **Fátima da Conceição Lobão Santos da
Silveira Amorim**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 27 de Dezembro de 2011, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período de Pré-Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente começou o período de informações com a nota que no dia 28 de Dezembro tem lugar a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, às nove horas e trinta minutos.-----

Deu conta que no dia 29 de Dezembro, às onze horas e trinta minutos, terá lugar a assinatura de um protocolo com o Regimento de Guarnição nº 1, com o General Comandante Isidro Pereira. Explicou que o protocolo está relacionado com os nadadores-salvadores das zonas balneares do concelho de Angra. Recordou ter referido que, anualmente, a Culturangra contrata dezoito nadadores-salvadores, durante três meses, para a época balnear. Este ano, por via de contactos já estabelecidos o Regimento indicou sete soldados que fizeram a formação de nadadores-salvadores, assegurando assim parte dos elementos do total necessário. Ressalvou de seguida o benefício financeiro, com a redução significativa do pagamento de salários, por parte da Culturangra, sublinhando igualmente a prestação desses soldados, nomeadamente pela formação destes, acrescentando ainda que este ano as zonas balneares com melhores resultados foram as que estavam asseguradas pelo Regimento. Concluiu que o protocolo tem de ser assinado antes do final do ano, por ter tido efeitos em 2011.-----

A Presidente informou de seguida que no dia 30 de Dezembro decorrerá a corrida de São Silvestre, que disse acontecer todos os anos por esta altura.-----

O Vereador José Élio Ventura tomou a palavra para dar conta de alguns esclarecimentos, na sequência de questões levantadas na última reunião de Câmara. Reportou-se primeiro à questão das coimas, no âmbito do regulamento de resíduos sólidos, informando que ainda não foi levantado nenhum auto, uma vez que ainda decorre a fase de sensibilização da população, dando ainda conta que já tiveram lugar algumas reuniões com as Juntas de Freguesia neste sentido.-----

No que diz respeito às campanhas de educação, sensibilização e prevenção ambiental, o Vereador José Élio Ventura apontou que no passado ano foi feita uma campanha, através da distribuição de sacos recicláveis. Para 2012, e na sequência da dotação orçamental, informou que se pretende fazer uma campanha, em colaboração com a Sociedade Ponto Verde, sobre a qual será dado conhecimento.-----

O Vereador José Élio Ventura abordou de seguida a questão levantada sobre o tratamento terciário da ETAR de Angra, passando a explicar que neste momento não há intenção de proceder ao mesmo, tendo em conta que o sistema hidrológico e de abastecimento de água à população estão estabilizados, com os investimentos feitos. Concluiu que não se perspetiva este investimento, tendo em conta a reduzida quantidade de água que poderia ser libertada, cerca de duzentos a trezentos metros cúbicos.-----

Relativamente à obra de Santa Luzia, ao abastecimento de água na Ladeira Branca e Espigão, o Vereador José Élio Ventura adiantou que se prevê para finais do ano 2012 estarem reunidas as condições para o projeto avançar.-----

A Presidente recordou de seguida a questão levantada pelo Vereador Fernando Dias em relação ao regulamento da publicidade, indicando que já foi entregue aos Vereadores o quadro com o levantamento das entidades. Entre estas, deu conta que as que já se dirigiram à Câmara, até ao dia anterior à reunião, para regularização foram: a Ilha 10, a Metalúrgica, a Terauto e a Graniangra, sendo que o prazo se estende até ao final do ano, ou seja, até sexta-feira da corrente semana.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu o que significa essa regularização em termos práticos. A Presidente respondeu que consiste no pedido de licenciamento e de regularização das várias situações.-----

Sobre outros pedidos de esclarecimento, a Presidente deu indicação que está ainda a reunir a informação e que a mesma será prestada na próxima reunião de Câmara.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra reportando-se às questões levantadas pelo próprio na última reunião, reconhecendo o tempo necessário para reunir elementos para as respostas às mesmas. Deu conta que na presente reunião iria levantar um outro

conjunto de recomendações, sobre as quais disse ser importante conhecer o ponto de situação atual.-----

Referiu-se inicialmente à recomendação, de 15 de Novembro de 2010, sobre a adesão a um projeto europeu intitulado “Mostra o cartão vermelho à violência doméstica”, que disse resultar dos resultados de um relatório da Direção-Geral de Administração Interna sobre a violência doméstica em 2009, que referia que a taxa de incidência nos Açores era a maior do país, concluindo a necessidade de saber o ponto de situação sobre esta adesão.-----

O Vereador António Ventura apontou de seguida a recomendação de adesão ao projeto de monitorização de radiações eletromagnéticas em comunicações móveis, um projeto do Instituto Superior Técnico, tendo em conta a preocupação em relação aos possíveis efeitos nocivos desta exposição, uma recomendação que disse datar de Janeiro de 2010.-----

Recordou seguidamente a recomendação sobre a eletrificação do troço da variante à Estrada Regional número 6-II, que disse ser a ligação da circular até à Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, um troço que afirmou muito utilizado, justificando assim a importância da eletrificação deste. Indagou se essa eletrificação está prevista no Plano Regional para 2012.-----

O Vereador António Ventura indicou de seguida a recomendação de adesão à Carta Europeia da Segurança Rodoviária.-----

A recomendação sobre a adesão ao projeto da UNICEF intitulado “Cidades amigas das crianças” foi o ponto referido posteriormente pelo Vereador António Ventura.-----

O Vereador António Ventura referiu ainda a recomendação da Assembleia Municipal para que a Câmara aderisse ao projeto “Cidades e Vilas com Mobilidade para todos”, inquirindo igualmente sobre o ponto de situação.-----

Inquiriu, seguidamente, sobre a entrada de uma petição na Câmara intitulada “Não à destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra”.-----

O Vereador António Ventura deu ainda conta da importância de se ter conhecimento sobre o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens deste ano.-----

A entrada na Câmara da petição sobre a alteração do horário de funcionamento do Mercado Duque de Bragança foi outro ponto referido pelo Vereador António Ventura, que questionou quais os contactos já estabelecidos, nomeadamente com os comerciantes, e também sobre o entendimento do executivo.-----

A Presidente deu conta de não estar a par de todas as situações levantadas, afirmando que irá reunir os dados para a próxima reunião de Câmara.-----

A Vereadora Teresa Valadão interveio para dar conta que anteriormente tinha trabalhado com a Vereadora Raquel Silva, por solicitação do Vereador Artur Lima, sobre a emissão de pareceres sobre o projeto de requalificação de Angra do Heroísmo, nomeadamente sobre mobiliário urbano, calçadas, iluminação pública, etc. Informou que, a esse propósito foram enviadas cartas, colocando questões a várias entidades públicas com “voz” nesta matéria, e que entretanto chegaram algumas respostas, uma vez que o prazo tinha terminado em Maio. Questionou que encaminhamento será dado a este processo, anotando que as respostas são na sua maioria sucintas e que alguns não deram resposta. Apontou ainda que, na altura, tinha ficado decidido distribuir algumas destas respostas para serem posteriormente alvo de um debate. A Presidente disse ter tomado nota do assunto.-----

O Vereador Artur Lima deu nota que este trabalho surge no âmbito de uma discussão e no sentido de dar voz a algumas opiniões.-----

A Vereadora Teresa Valadão recordou ainda uma preocupação levantada pela própria noutras ocasiões, sobre a casa na Rua de São João onde se podem ver pombas mortas, uma vez que os plásticos que tapavam as montras caíram. Apontou as queixas dos vizinhos sobre a existência de roedores, chamando a atenção para a questão de saúde pública. Relembrou ainda que em anterior discussão sobre o assunto chegou-se a falar da possibilidade do edifício estar na eminência de ruir.-----

A Presidente deu conta de considerar que a Câmara tem autonomia para agir na questão dos pombos, na dos roedores e na da segurança, tendo em conta tratar-se de uma questão de saúde e de segurança pública.-----

A Vereadora Teresa Valadão indicou que em Setembro esteve nesse imóvel uma equipa que disse ter feito uma tentativa de limpeza do local, pelo menos da parte inferior, mas que atualmente a situação exige novas medidas.-----

A Presidente esclareceu que vão indagar sobre quem fez essa intervenção em Setembro para se fazer uma nova intervenção.-----

O Vereador Artur Lima chamou a atenção ao Presidente dos Serviços Municipalizados que, no corrente dia, às oito horas e quarenta e cinco minutos da manhã o carro do lixo ainda não tinha passado no bairro do Desterro, na Guarita. Alertou que a questão consiste no facto de as pessoas não saberem quando é que o carro do lixo passa, uma vez que as horas divergem de dia para dia, apontando ainda que o mesmo se passa noutras zonas do concelho. Indicou ainda que, em conversa com vizinhos, que a recolha de lixo indiferenciado diminuiu, concluindo que todas estas questões geram muito desconforto.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter analisado a situação, na sequência da última reunião e de ter detetado que houve alterações recentes, relativamente às quais disse ter algumas reservas. Assegurou que na primeira quinzena de 2012 vai-se proceder ao ajuste dos horários, de forma a melhor servir aos cidadãos. Sublinhou que decorreu uma fase de transição, mas que a breve trecho esta matéria sofrerá reajustes. Concluiu que tomou nota da questão levantada pelo Vereador Artur Lima e que tentará saber o que aconteceu.-----

A Vereadora Teresa Valadão indicou que a recolha do lixo indiferenciado passou a ser só à segunda e à sexta-feira, e que antes era também à quarta-feira, o que faz com que muitas vezes as pessoas deixem o lixo de um dia para o outro, o que acaba por ser um chamariz para os animais.-----

O Vereador José Élio Ventura respondeu não ter essa informação, mas concluiu que vai inteirar-se desse horário, que reafirmou que sofrerá alterações em breve e que as mesmas serão transmitidas aos Vereadores e também à população.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para uma questão levantada na última reunião, relativamente à esplanada em frente aos Bombeiros, que sublinhou estar a funcionar, facto que foi corroborado pelo Vereador Artur Lima, daí que concluíram que a mesma não foi embargada.-----

Sobre a passagem de peões no passeio, no mesmo local, do lado do Liceu, nomeadamente para portadores de deficiência, o Vereador Fernando Dias indagou se a passagem está salvaguardada, uma vez que existe uma rampa, mas não existe espaço para circulação no passeio.-----

A Presidente deu conta que prestará as informações depois da pausa nos trabalhos, por forma a reunir os dados.-----

A Presidente passou de seguida à discussão da ata número 49 de 2011, do dia 15 de Dezembro de 2011, aprovada por maioria com uma abstenção da Vereadora Teresa Valadão.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Orçamento de base zero para o ano 2011 - Culturangra

Ent. 6392 - Presente para conhecimento do órgão executivo, o estudo elaborado pela Empresa Smart Vision, Assessores e Auditores estratégicos, denominado resumo do orçamento base zero 2011 – Culturangra EEM. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

A Presidente começou por explicar que este estudo teve como objetivo avaliar os custos fixos e variáveis da Culturangra e definir a sua base, permitindo adaptar o orçamento para 2011, servindo de base para 2012 e 2013, bem como para os anos seguintes. Acrescentou que o mesmo avalia o estudo económico de Novembro de 2006, concluindo que está desadequado da realidade, não tendo previsto o crescimento da empresa, nem as competências que a mesma veio a adquirir. Apontou que o estudo se baseia nos primeiros cinco meses de 2011, extrapolando resultados para o ano todo. O estudo conclui que a empresa irá receber, a cumprir-se o previsto no contrato programa, um subfinanciamento da Câmara de setecentos e sessenta e sete mil euros, novecentos e trinta e dois, zero seis, de subsídio à exploração. A Presidente salientou que, apesar do peso na despesa, o Desporto e as Zonas Balneares são praticamente inexpressivos na receita, adiantou ainda que as atividades culturais têm também um peso muito reduzido no orçamento camarário e que, no atual cenário, a empresa não tem outras fontes de receita que permitam auto subsistência. Ressalvou que o estudo não está concluído e que o mesmo irá refletir sobre a prestação de resultados, facultando um estudo mais aprofundado sobre as contas e sobre o orçamento de 2012 e 2013. Concluiu que daqui deve resultar uma proposta de melhoria de funcionamento da empresa, que deverá estar concluído em Março de 2012.-----

A Presidente deu ainda conta que o estudo foi enviado informalmente, tendo sido discutido com os presentes, com o objetivo de encontrar a melhor alternativa. Indicou que se verificou que em 2011 ficou previsto em orçamento de Câmara o financiamento

mais baixo de sempre para a Culturangra. Ressalvou que, ao longo dos anos, a Culturangra tem vindo a diminuir o peso que representa para o município, acentuando-se os últimos dois anos. Explicou que esta redução em 2011 foi excessiva e que este estudo vem mostrar que o foi em setecentos e sessenta e sete mil euros, ou seja, a empresa tem custos fixos, receitas que só são provenientes da autarquia, sem as quais é impossível que a empresa subsista e mantenha o serviço público. Deu indicação que o estudo foi solicitado em Maio e que só agora foi possível ter acesso a parte dos resultados.-----

Sobre a apresentação dos resultados, a Presidente disse ter destacado os assuntos mais urgentes, a resolver até ao final do ano, nomeadamente o Documento Verde, a credibilidade da empresa, que disse que tem vindo a fazer um esforço de redução de custos e ainda a regularização dos pagamentos e dos compromissos básicos. Sublinhou de seguida outra das componentes do estudo, relacionada com o funcionamento da empresa, sobre a qual anotou as declarações do Vereador Fernando Dias, bem como dos restantes Vereadores, em reunião de trabalho, cujas notas disse que integrarão o estudo final a ser apresentado.-----

O Vereador Fernando Dias interveio para dar conta que o estudo apresentado não corresponde ao que estavam à espera, citando a então Presidente, a 18 de Abril de 2011, que disse que “(...) seria feita uma avaliação aos custos e receitas estruturais da empresa para que depois se possa, com base em orçamentos por atividade, decidir com coerência sobre as atividades que a empresa pode desenvolver”, concluindo que o que foi apresentado é manifestamente insuficiente, que consiste apenas numa previsão das receitas e despesas da Culturangra em 2011 e o cálculo do que está em défice. Indagou ainda sobre o custo do estudo, que a Presidente disse ser, numa primeira fase de catorze mil euros.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que não é através deste estudo que se consegue perceber a viabilidade ou não da Culturangra. Acrescentou ser importante perceber qual o limite que a Câmara está disponível para conceder, em termos de subsídios anuais de exploração. O Vereador indicou ainda que, de 2007 a 2011, é crescente o subsídio de exploração que a Câmara dá à Culturangra, concluindo ser este o problema e o centro da discussão. Sobre os orçamentos apresentados em reunião de Câmara, o Vereador Fernando Dias disse que os mesmos são sub orçamentados, sublinhando ainda a clara

incapacidade para conseguir controlar a execução orçamental, referindo-se ainda ao relatório do primeiro semestre deste ano, anotou que estão a ser feitas atividades não previstas no orçamento. Questionou como é possível que em Novembro do corrente a Culturangra tenha uma derrapagem, relativa ao primeiro semestre, de quatrocentos mil euros, concluindo que o orçamento apresentado não corresponde à realidade. Indicou ainda que o orçamento da Culturangra para 2010 era 2,3 milhões de euros, sendo que os custos foram 2,8 milhões de euros, reiterando que o problema reside na falta de controlo da execução orçamental. Questionando, a propósito, como é que as Sanjoaninas estão orçamentadas, para 2012, em quatrocentos mil euros, concluindo que há sub orçamentação.-----

Em conclusão indagou sobre a utilidade da apresentação deste estudo no final do ano, altura em que se estão a “fechar” contas, concluindo que este não é útil e que não corresponde à ideia inicialmente apresentada, pela então Presidente, anotando que a própria, numa outra reunião, fez uma intervenção sobre este estudo.-----

Afirmou a importância de ser pensada uma estratégia, com base na missão da Culturangra, ao nível das atividades previstas que disse terem de ser orçamentadas com base num limite que a Câmara tem de calcular, para suportar estas atividades. Indicou ainda sobre a necessidade, ou não, da Culturangra ter mais receitas, dando nota, a propósito, que não estão previstas no orçamento receitas do campismo. Por fim chamou a atenção que os orçamentos que vêm da Culturangra vêm com uma estrutura que não é possível comparar em termos de execução, concluindo que tal aconteceu nas contas de 2010 e que tal não pode acontecer.-----

A Presidente respondeu que, em relação ao facto do estudo não ser exatamente o que estavam à espera, que a empresa irá desenvolver um trabalho mais extenso, salvaguardando que esta primeira fase incluía a perceção relativamente à verba transferida pela Câmara para a Culturangra, se seria suficiente ou não para 2011, concluindo que o estudo revelou que não era. Concordou que os resultados do estudo vêm na altura do “fecho” de contas e que teria sido preferível que tivesse vindo mais cedo, mas que no atual quadro a verba a ser transferida em 2012 já vem nos termos deste estudo, nomeadamente a divisão em centros de custos, de forma a perceber o peso de cada um destes. A Presidente referiu, ainda, que a Culturangra desenvolve as

funções que o município lhe delegou, sendo por isso subsidiada pela Câmara, uma vez que as atividades que desenvolve são gratuitas para os munícipes, mas não para os fornecedores. Como exemplo referiu que, em 2004, as mesmas funções, antes de ser empresa, custavam mais de quatro milhões, valor assumido pela Câmara, enquanto que em 2011 passam para cerca de um milhão e quatrocentos. Disse concordar com os objetivos de redução dos custos da empresa, ressalvando no entanto que foram demasiado reduzidos e que com este estudo se percebeu que as transferências são insuficientes e que no final do ano a empresa estará deficitária, não por gastos excessivos, nem por má gestão, dizendo a propósito que a empresa nas suas atividades gerais, das várias áreas, excluindo as Sanjoaninas, gasta cerca de cento e cinquenta mil euros no ano inteiro.-----

A Presidente concluiu que reúne consenso a ideia no sentido em que há uma sub orçamentação da empresa e que há uma necessidade de atualizar o estudo de viabilidade económica, que foi feito com base em pressupostos que já não estão adequados e sem consagrar as atuais competências, número de pessoal, etc.-----

Sobre a questão das despesas correntes e sobre qual o limite que a Câmara está disposta a transferir para a Culturangra, a Presidente afirmou que este limite é a opção política e camarária, dependendo dos investimentos que se queiram fazer ao nível da despesa de capital. No que diz respeito às despesas correntes, que disse serem fixas, constatou que o que foi definido para 2011 em termos de despesas não cobre sequer as despesas correntes. O que o Vereador Fernando Dias disse resultar do orçamento feito pela Culturangra.-----

A Presidente afirmou que há cerca de dois anos se nota uma mudança de cenário entre o entendimento que havia sobre o investimento nesta área e entre as efetivas opções de investimento. Deu conta que no início houve uma dificuldade em entender as necessidades da empresa, tendo por isso sido feito um mapa, em 2010, com os diferentes centros de custos.-----

Em relação à afirmação dos gastos serem superiores ao estipulado no orçamento, a Presidente confirmou que o orçamento de 2011 foi irrealista e que tal é inquestionável, o que disse ser resultado de um período de transição, de uma gestão “apertada” em 2010,

em que a prestação de contas foi apresentada depois da apresentação do orçamento para 2011.-----

Concluiu que este é o cenário atual, afirmando que o estudo vem tarde, assumindo parte de culpa no processo, por se ter ausentado um mês da empresa, que poderia ter adiantado o estudo. Defendeu a empresa municipal Culturangra, o trabalho e o esforço feito pelas pessoas que lá trabalham, anotando ainda que a empresa representa uma diminuição dos custos da Câmara, cerca de 55 por cento, em relação a 2004 ou a 2007. Referiu que foi feito menos em termos culturais, mas que esse facto resulta das opções que foram tomadas. Apontou ainda que o assunto fá-la empolgar-se, uma vez que esteve envolvida na empresa nos últimos dois anos, tendo visto o empenhamento dos funcionários, garantindo que não houve nenhum esbanjamento ou excesso, mas que o orçamento foi inferior ao necessário, pelos motivos já referidos.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para dar conta que este assunto não é novo em reunião de Câmara, apontando que tem merecido várias preocupações desde 2009, bem como sugestões e chamadas de atenção sobre o modelo seguido e sobre as verbas a transferir. Sobre o estudo e sobre o que tinha sido combinado, depois de várias discussões durante dois anos, o Vereador António Ventura constatou que a Presidente concorda com as afirmações da oposição, relativamente ao facto do orçamento de 2011 ser irrealista e por ter assumido a sua responsabilidade em relação ao estudo, que disse não corresponder à expectativa e ao que havia sido acordado em reunião de Câmara, acrescentando que teve conhecimento sobre um relatório do Revisor Oficial de Contas, que disse espelhar um conjunto de situações preocupantes em relação à gestão. No seguimento destas constatações, o Vereador concluiu que a tolerância é zero, indicando que foram dadas todas as oportunidades à Culturangra, reportando-se ao trabalho do Prof. Doutor Félix Rodrigues, que disse ter feito uma boa gestão em 2010, afirmando que não se pode reduzir esta discussão ao cenário atual e de futuro, que disse resultar do que tem acontecido na Câmara, acrescentando que a primeira fase do estudo é mais uma decepção.-----

O Vereador António Ventura declarou ainda que o orçamento da Culturangra e a alocação de verbas é feita segundo as “bandeiras” e os programas políticos de quem governa, apontando que quando chamam a atenção para determinados pontos são

sempre confrontados com altos níveis de convicção, concluindo que o problema se mantém.-----

A Presidente retorquiu ter reconhecido algumas chamadas de atenção, afirmando não ter problemas em assumir culpas e erros.-----

Constatou que o Vereador Fernando Dias já havia referido que o relatório não corresponde ao que era expectável pelo PSD e que também consideram que não é suficiente, concluindo ter tomado nota disso.-----

Em relação ao Prof. Doutor Félix Rodrigues, a Presidente deu conta de ter muita consideração e estima por ele, anotando que, no entanto, o mesmo não esteve sozinho no Conselho de Administração, apesar do reconhecido mérito do trabalho deste, concluindo que em 2010 foi feito um esforço conjunto, à semelhança do que disse ter acontecido também em 2011.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra para dar conta que o CDS-PP sempre manifestou preocupações com a Culturangra, com as Sanjoaninas e com os dinheiros públicos, recordando que fizeram propostas aprovadas em reunião de Câmara no sentido de haver, pela primeira vez, uma apresentação das contas das Sanjoaninas, que concluiu que tem corrido bem nos últimos dois anos.-----

Indicou, ainda, a preocupação do CDS-PP com a Culturangra e com a Cultura em Angra, ressaltando a injustiça do Governo Regional dos Açores dar um milhão de euros ao Centro Cultural e de Congressos de Ponta Delgada e não dar ao de Angra. A propósito, destacou a proposta em Assembleia Legislativa pelo CDS-PP, pelo próprio, no sentido de serem concedidos ao Centro Cultural e de Congressos de Angra duzentos mil euros, o que recordou ter acontecido.-----

O Vereador Artur Lima destacou a preocupação com a Culturangra e com a cultura em geral, concluindo que nessa matéria deram o seu melhor e o seu contributo, abstendo-se de elogiar o Professor Félix Rodrigues, cujo trabalho disse ser reconhecido inclusivamente pelos funcionários, abstendo-se igualmente de comentar as razões que levaram à sua saída.-----

Sobre o que aconteceu, em relação ao anterior executivo, o Vereador Artur Lima considerou que houve uma ocultação de informação e negação das evidências. Manifestou que para o próprio foi uma surpresa este estudo elaborado pela Empresa Smart Vision, onde são referidos os cerca de oitocentos mil euros de défice de exploração da Culturangra, que é necessário repor para esta ser viável. Reafirmou que tal nunca foi dito, antes pelo contrário era referido que a partir de 2011 a situação estava normalizada e não era necessário transferir mais dinheiro em 2011 como em 2010. Recordou que, na altura, foi questionado se as transferências eram suficientes e que a resposta foi positiva. Considerou que há questões que para serem percebidas é preciso recuar no tempo. Apontou, por exemplo, que há receitas que não são arrecadadas pela Culturangra, referentes a algumas rendas, no valor de cem mil euros, o que disse ser 15 por cento do que é necessário para tornar a empresa viável. Destacou de seguida ter-se avançado, em 2011, com o festival AngraRock, que recordou ter sido cortado em 2010, mais oitenta mil euros. Ressalvou de seguida a situação da “Lusoesfera”, que pensou ter ficado resolvida, por causa da herança de 2009, de cerca de trezentos mil euros, indicando que aparecem novamente cerca de duzentos mil euros para o mesmo fim, concluindo que com estes montantes se equilibravam as contas da Culturangra, com estes cerca de quinhentos mil euros.-----

O Vereador Artur Lima disse perceber o carinho da atual Presidente por esta empresa, uma vez que lá trabalhou, considerando que lhe fica bem assumir a sua parte de responsabilidade. No que diz respeito à então Presidente da Culturangra e da Câmara, Andreia Cardoso, manifestou que é preciso responsabilizá-la pelo estado a que chegou a empresa. Afirmou que a Culturangra é uma criação do PS de Angra, que disse que terá de resolver o problema da empresa municipal, que não será a oposição que disse já ter dado o seu contributo de diversas maneiras. Considerou que o estudo base para a criação da Culturangra é fantasioso, que previa de despesas com pessoal quatrocentos e cinquenta mil euros que, em 2010, foram de oitocentos e setenta mil euros. Inquiriu sobre quem é que contratou estes funcionários todos, apontando ter sido o anterior Conselho de Administração, anotando que o de 2010/2011 até reduziu quatro ou cinco funcionários. Neste sentido, afirmou a necessidade de se ir às origens do problema e de serem apuradas responsabilidades, no sentido de perceber como é que se aumenta para o dobro o número de funcionários e a despesa, sem aumentar a receita, o que disse não ser da responsabilidade do último executivo, mas uma herança deixada.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se de seguida às despesas fixas da Culturangra, no valor de cerca de quinhentos mil euros. Recordou ter proposto oralmente e com as devidas justificações, que as despesas com as zonas balneares, no valor de cerca de duzentos mil euros/ano, passassem para os Serviços Municipalizados, concluindo que a proposta foi rejeitada. Reafirmou as notícias sobre os lucros de quinhentos mil euros dos Serviços Municipalizados, o que disse ser mais um motivo para estes assumirem as despesas das zonas balneares, sublinhando as razões técnicas, nomeadamente ao nível da mão-de-obra especializada, para além das razões financeiras.-----

O Vereador Artur Lima destacou a herança “pesada” deste executivo, sublinhando a responsabilidade do PS de Angra e a necessidade de este dar conta do que fazer em relação à Culturangra. Referiu-se novamente ao número de funcionários, que duplicou em 2009, dando conta de que era comentado na rua os motivos para o aumento desse número, com referências a nomes dos pais. Sobre uma eventual redução do número de funcionários, o Vereador Artur Lima considerou que deve ser tomada especial cautela, por se tratar do emprego das pessoas, anotando a preocupação em relação a este quadro em cenário de crise financeira que se perspectiva agravada para 2012. Destacou ainda, a propósito, que a média de ordenados na Culturangra é de mil e duzentos euros, que considerou ser alta.-----

Sobre as restantes atividades da Culturangra, sublinhou a necessidade de se definir os objetivos para Angra. Deu conta que irá desafiar o PS de Angra a dizer qual será o futuro da Culturangra, uma vez que puseram condições para a continuação deste executivo, também o devem fazer em relação à criação da Culturangra e que a oposição analisará a proposta feita.-----

A Presidente, em relação ao aumento dos funcionários e da despesa, explicou que, independentemente dos critérios, o aumento está associado às transferências de competências, que disse não estarem previstas na altura em que foi feito o estudo para a criação da empresa, referindo-se nomeadamente às despesas acrescidas com as Sanjoaninas e com as Zonas Balneares.-----

O Vereador Artur Lima passou a explicar que quando alteraram as competências devia-se ter previsto o aumento dos funcionários e da despesa com estes, em conclusão,

devia-se ter aumentado a transferência da verba para não chegar a este ponto. Reportou-se ao ano 2007 e ao arrastar da situação até 2011, altura em que disse que as transferências deviam ter sido feitas a tempo e horas e nos devidos montantes.-----

A Presidente reiterou que quando a empresa foi criada foi feita com base num pressuposto, sendo que posteriormente foram transferidas para esta outras competências, concluindo que não se previu o correspondente aumento.-----

Em relação à preocupação manifestada pelo Vereador Artur Lima sobre a redução do número de funcionários, a Presidente deu conta de partilhar da mesma preocupação.-----

Relativamente à média de salários, anotou que esta é alta devido ao número de técnicos superiores, acrescentando que a Culturangra tem os salários equiparados à função pública.-----

No que diz respeito ao assumir responsabilidades, a Presidente afirmou que terá de o fazer enquanto tiver acumuladas as duas funções, apontando haver partes mais fáceis e outras menos fáceis de justificar, concluindo que dará o seu melhor.-----

Depois do intervalo da reunião, a Presidente deu conta dos dados que conseguiu reunir sobre a esplanada em frente aos Bombeiros. Confirmou a informação prestada na reunião do dia 20 de Dezembro sobre o embargo, assinado pela própria no dia 19 do corrente, sobre o qual o proprietário foi notificado, tendo assinado a notificação. A Presidente referiu que o proprietário apresentou um parecer da Direção Regional da Cultura, mas que ainda estão em falta os restantes documentos e pareceres do processo, que disse estar na fase inicial. Anotou ainda que pediu a confirmação desrespeito pelo auto de embargo e que este segue de seguida para processo de contra ordenação, para o Ministério Público, comunicado pela Câmara.-----

O Vereador António Ventura indicou que o processo poderá levar meses. A Presidente respondeu que em termos de Ministério Público não sabe quais os prazos neste tipo de processo, uma vez que não está sob a alçada da Câmara.-----

O Vereador Fernando Dias indagou se a Câmara não tem poder para encerrar a esplanada. A Presidente retorquiu que a Câmara tem poder para embargar, que explicou ser dar ordem para que cesse, de imediato, toda e qualquer operação urbanística que esteja a decorrer. Indicou ainda que às vezes há alguma dificuldade em perceber onde começam e acabam os poderes da Câmara e quando é que estes transitam para outras instâncias.-----

Proposta de adenda ao contrato programa entre o Município e CULTURANGRA EEM

Ent. 1903 - Proposta da presidente da câmara, datada de 22 de Dezembro do corrente, com vista a aprovação pelo órgão executivo, da adenda ao contrato programa a celebrar entre o Município e a Culturangra EEM. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, reprovou esta proposta.**-----

A Presidente indicou que esta proposta vem substituir a que tinha entregue no dia anterior, informalmente, e que esta, atendendo a que estão no final do ano, seja feita uma alteração ao contrato programa, em forma de adenda, reforçando em 2012 o orçamento da Culturangra em duzentos e trinta e oito mil e trezentos euros. Das verbas afetas, disse ter a ver essencialmente com o departamento da sustentabilidade e gestão do território, concluindo ser a afetação da verba de um lado para o outro, o que disse ser um procedimento normal. Concluiu que, nestes moldes, a dotação para a Culturangra seja de cerca de um milhão, quatrocentos em 2011, dando conta que esta ser inferior, em oitocentos mil euros, ao ano passado e três milhões e quatrocentos inferior à verba de 2007 e de 2004. Reforçou o facto de este procedimento não resultar de maus resultados da empresa, mas sim da situação já amplamente debatida, da questão da sub orçamentação, com base no estudo apresentado.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu sobre os duzentos e trinta e oito mil e trezentos euros, que a Presidente disse serem para transferir para a Culturangra, por forma a que esta consiga assegurar os seus compromissos, nomeadamente no pagamento a fornecedores, realçando que o que está em causa não são os salários dos funcionários.-

O Vereador Artur Lima manifestou que, mais uma vez, o problema está a ser resolvido aos bocadinhos, anotando não estar disponível para aprovar a adenda, que disse confirmar que há fornecedores com valores a receber, concluindo que é necessário responsabilizar os responsáveis pela sub orçamentação. Reafirmou que o executivo municipal não assumiu as suas responsabilidades, deixando a Culturangra chegar à atual situação e que, por isso, terá de ser responsabilizado, por forma a que todos saibam quem são os responsáveis pela situação atual. Disse estar disponível para aprovar alguma proposta da Presidente, no sentido de resolver o problema dos salários.-

A Presidente deu conta de nunca ter dito que não havia fornecedores com créditos a receber. Sobre a chamada à responsabilidade, reafirmou que neste momento o responsável é a própria. A Presidente voltou a contextualizar os acontecimentos até ao corrente, considerando que através desta transferência, de verbas que não serão utilizadas noutras rubricas até ao final da semana, podem assegurar que a Culturangra salde algumas dívidas com fornecedores, melhorando as prestações de contas destes. Considerou ainda que não será esta transferência que irá comprometer o resultado da prestação de contas, a ser feita em meados de Abril. Sublinhou que a questão dos salários está assegurada, reafirmando que seria importante assegurar o pagamento a alguns fornecedores. Na hipótese da proposta ser reprovada, concluiu que, a nível prático, não será possível pagar a mais fornecedores. Caso seja aprovada, deu conta que poderá ser apresentada uma listagem com os fornecedores que receberam.-----

O Vereador Artur Lima considerou que a Culturangra é o “patinho feio” e que tal resulta das escolhas do anterior executivo, uma vez que a Câmara paga aos seus fornecedores a sessenta dias e os Serviços Municipalizados a menos de quarenta e cinco dias, segundo informações dos anteriores responsáveis, mas que na Culturangra nenhuma destas situações se verifica havendo dívidas de muito mais tempo aos fornecedores, concluindo que é necessário responsabilizar quem tomou estas opções. Concordou que institucionalmente a Presidente e os atuais Vereadores são os responsáveis, mas que, a lei prevê, em questões de juízo público, a responsabilização de quem praticou os atos. Reafirmou a necessidade que os cidadãos saibam como é que se chegou a esta situação.-----

Sobre as decisões do anterior executivo, a Presidente recordou que foi o mesmo que considerou a necessidade de ser feito um estudo, para apurar as necessidades da empresa Culturangra, reafirmando o atraso que houve na apresentação, salvaguardando que houve sempre a vontade de regularizar a situação da empresa e de perceber as necessidades da mesma, de forma a dotá-la dos meios necessários. Disse perceber que haja esta necessidade de responsabilização, concluindo que estará disponível para assumir as responsabilidades dos cargos que ocupa. A nível prático sublinhou que há fornecedores que precisam de receber, o que considerou ser o mais importante de momento, independentemente de na prestação de contas esta transferência ser destacada, de forma a apurar os resultados. Concluiu que seria importante mostrar este esforço.-----

O Vereador António Ventura manifestou que sobre a oposição não pode recair nenhuma responsabilidade, destacando que os mesmos argumentos já foram utilizados noutros anos, em situações do mesmo tipo. Anotou que parece que se a proposta não for aprovada os fornecedores não recebem. Recordou, a propósito, que não foram cumpridos nesta Câmara um conjunto de compromissos assumidos, nomeadamente o estudo, sobre o qual leu uma citação da ata do dia 18 de Abril de 2011, em que a então Presidente apontava para Junho a conclusão do referido estudo e onde dizia que “houve uma melhoria dos indicadores e uma gestão bem conseguida, apesar de todas as restrições” e que este seria o “ano zero da Culturangra”. Por este conjunto de situações, concluiu que o PSD não está disposto a aprovar a proposta, manifestando que é necessário haver também uma oposição responsável. Destacou a preocupação do pagamento dos salários, que a Presidente disse estar salvaguardada até ao final do ano, acrescentando que estaria disponíveis para chegar a um entendimento sobre este ponto, tendo em conta a situação financeira do país, reforçando que, sobre o resto, não pode recair sobre a oposição a responsabilidade de compromissos assumidos no passado.----

A Presidente, sobre a citação referida, disse considerar que, à exceção do prazo de Junho, a restante declaração está em conformidade. Sustentou que será o ano zero da Culturangra por se saber agora realmente quais as necessidades da empresa. Manifestou que, a nível externo, já se fala do “buraco” da empresa, quando esta teve os melhores resultados de sempre. Em relação a essas conclusões exteriores, declarou que não fazem jus aos esforços feitos pelos funcionários.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre a declaração que este ano a Culturangra teve os melhores resultados de sempre, inquirindo em que dados a Presidente se baseia. Aconselhou os Vereadores do PS a consultarem o documento do ROC do primeiro semestre, que a Presidente deu conta de já ter lido. O Vereador Fernando Dias deu conta que não se percebe a questão dos adiantamentos a fornecedores, quando agora há fornecedores por pagar, apontando os cerca de quatrocentos mil euros de resultados negativos. Deu de seguida o exemplo de um caso, apontado pelo ROC, que disse ser ilustrativo que os orçamentos estão sub orçamentados, que consiste no fornecimento da iluminação de Natal, contratado em 2010 e cuja despesa financeira era para 2011, concluindo que o ROC refere que tal não está no orçamento, concluindo que é inconcebível e que por isso não percebe como é que a Presidente pode dizer que são os melhores resultados.-----

A Presidente, sobre o adiantamento a fornecedores, explicou que estes têm a ver com os contratos realizados no âmbito das Sanjoaninas, na assinatura dos quais está normalmente prevista uma parte que é paga na altura da assinatura e outra parte no dia dos espetáculos. Sobre a dúvida levantada em relação à afirmação que foi o melhor ano de execução da empresa, a Presidente deu conta que a despesa realizada, tendo em conta anteriores anos, sobre os quais disse que os valores foram apresentados na reunião de trabalho. Em 2004 foi de cerca de quatro milhões, em 2007 disse ter sido também de cerca de quatro milhões de euros, em 2010 disse que foi reduzida para cerca de dois milhões, correntes e capital, em 2011, até 30 de Novembro, a despesa realizada foi de cerca de dois milhões e oitenta mil euros, o mais baixo de sempre, reportando-se de seguida aos valores transferidos pela autarquia, que disse terem sido em 2004 e em 2007 inteiramente assumidos pela Câmara, em 2010 no valor de dois milhões e em 2011 no valor de um milhão e duzentos mil euros. Concluiu que com a análise destes números se pode constatar que a Câmara está a beneficiar em termos financeiros com a empresa municipal, que disse ser claramente uma mais valia para o concelho. Deu conta que a empresa tem conseguido reduzir as despesas, facto que disse ter referido várias vezes na reunião de trabalho, tendo também vindo a reduzir as transferências da Câmara.-----

Em relação ao relatório do ROC, a Presidente disse que este foi fotocopiado e entregue ao PSD e ao CDS-PP antes mesmo de a própria o ter lido, afirmando a total

transparência. Referiu que as questões que chamaram a atenção do Vereador Fernando Dias foram as mesmas que chamaram a atenção da própria. Acrescentou que, a par das dúvidas e concordâncias ou não com determinados procedimentos, a Culturangra gere a Cultura, o Desporto e as Zonas Balneares do concelho, destacando que duas destas áreas não têm receita e que a Cultura tem uma receita inexpressiva, anotando que este é um serviço público e que a Câmara entende que deve transferir verbas para a Culturangra prestar este serviço, frisando que a Câmara tem mantido a empresa uma vez que, ano após ano, as áreas e que esta empresa gere têm vindo a pesar menos no orçamento, do que quando estava tudo englobado na Câmara. Concluiu que, no entender da própria, a empresa se deve manter-se porque os resultados são positivos.---

Em relação à declaração do Vereador António Ventura sobre a responsabilização da oposição, a Presidente deu conta que não há essa intenção. Afirmou que, neste momento, há uma decisão clara a ser tomada, ou se reforça ou não se reforça o orçamento.-----

A Presidente reportou-se de seguida ao contrato da iluminação de Natal, dando conta que foi uma situação que levou algum tempo a resolver, porque houve a necessidade de proceder à correção de alguns procedimentos, que não tinham sido feitos da forma mais correcta, havendo por isso a necessidade de formalizar o procedimento, o que deu origem à transferência da despesa para anos posteriores. Concluiu que a situação está de momento totalmente regularizada. O Vereador Fernando Dias questionou a razão do pagamento desse encargo não estar orçamentado. A Presidente afirmou que foi por culpa pessoal da própria, uma vez que se esta é entendida como despesa de capital a própria não a pôs no orçamento no final do ano 2010, dando conta que esta estaria diluída nas despesas correntes, onde não estão especificadas as ações.-----

O Vereador José Élio Ventura interveio dando conta que, na sequência das declarações proferidas, se pode concluir que tanto a Câmara como os Serviços Municipalizados têm bons prazos de pagamento aos fornecedores, o que disse resultar de uma gestão rigorosa que tem vindo a ser feita por parte da autarquia. Apontou de seguida que a Câmara dispõe atualmente de um valor de tesouraria no valor de cerca de duzentos e trinta e oito mil euros, que disse estar em condições de os transferir para a Culturangra, uma vez que é uma verba que está disponível. Reportou-se à preocupação manifestada por todos em relação aos salários, considerando que não se está a dar a devida

importância ao pagamento aos fornecedores, que afirmou não ser menos importante que o pagamento aos funcionários da Culturangra. Reafirmou a importância deste pagamento aos fornecedores ser feito, considerando a atual situação do comércio local e uma vez que existe verba disponível para fazer a alteração ao contrato programa.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de nunca se ter posto em causa a boa vontade e transparência da Presidente aquando da entrega do relatório do ROC sem o ter lido. Disse concordar com o Vereador José Élio Ventura no pagamento atempado aos fornecedores, que disse no caso da Culturangra está fora de tempo, por culpa de opções tomadas.-----

A propósito do ROC, da Lusomosfera e do pagamento da iluminação de Natal no valor de duzentos e vinte e três, setecentos e seis euros, o Vereador Artur Lima chamou a atenção para o facto de ter sido pago apenas em Setembro de 2011. Considerou que a questão é, como é que se opta por pagar a este fornecedor em detrimento dos outros, do comércio local, apontando ainda que este contrato de 2009 é discutível em termos legais. Manifestou ainda estranheza na opção de pagar aos LUÍZES, em ir à Linha de Crédito Açores Empresas II levantar dinheiro para pagar a esta empresa, ficando a Culturangra a pagar o empréstimo ao banco. Concluiu que determinadas opções tomadas condicionaram o pagamento aos pequenos fornecedores, identificando trezentos mil euros no pagamento aos LUIZES e Lusomosfera. O Vereador deu ainda outro exemplo de aumento de despesas, em relação a 2010, com deslocações e estadas, no valor de sessenta e oito mil euros e uma dívida de trinta e seis mil euros à Top Atlântico, indagando se as contas das Sanjoaninas não foram pagas pelas rubricas destinadas às Sanjoaninas. Reportou-se ainda ao relatório das Sanjoaninas que dava conta que as mesmas não deram prejuízo, concluindo que há muitas coisas por esclarecer. Apontou ainda a orçamentação de uma verba de meias, que teve uma receita mil vezes inferior à orçamentada.-----

A Presidente, em relação aos pagamentos fora de prazo, considerou que todos concordam que era preferível que já tivesse sido feito.-----

Em relação à iluminação de Natal e em como é que se resolve pagar a estes e não a outros, a Presidente referiu que não se trata disso, mas por ser um pagamento com dois anos de atraso.-----

No que diz respeito ao pagamento aos LUIZES, deu conta que quando o Conselho de Administração entrou na Culturangra havia duas parcelas cujos pagamentos estavam pendentes, a dos LUIZES e outra relacionada com o campo de jogos dos Altares, apontando o facto de se ter de pagar para receber os fundos comunitários, explicando que por isso se recorreu à linha de crédito, dando conta que o valor que o Vereador referiu era de pagamento obrigatório, uma opção que disse ter sido feita há dois anos atrás.-----

Sobre o pagamento de deslocações e estadias e sobre as Sanjoaninas, a Presidente deu conta que as Sanjoaninas estão englobadas. Referiu de seguida que as deslocações e estadias da Culturangra estão ligadas às Sanjoaninas, destacando o número de elementos das equipas. Em relação ainda às deslocações e estadias, apontou a deslocação e estadia da Companhia de Bailado que atuou no centro cultural.--

Em relação às meias, a Presidente disse tratar-se de um erro ao nível de contabilidade em relação às mercadorias.-----

A Presidente esclareceu ainda que em relação ao risco da multa pela substituição do novo ROC a situação já estava a ser regularizada, quer a questão dos novos corpos sociais, quer a questão do ROC.-----

A Presidente deu conta que o ROC coloca ainda a questão de quem deve trazer o relatório do primeiro semestre, dando conta que no entendimento no novo ROC deve ser o novo a fazer, uma situação que disse estar no gabinete jurídico a ser apurada. O Vereador Fernando Dias deu conta que o novo ROC tinha feito uma análise e estava à espera da resposta às questões que tinha formulado, que a Presidente disse terem sido feitas na passada sexta-feira, acrescentando que farão uma análise posterior quando tiverem os dados.-----

O Vereador Artur Lima chamou a atenção para uma separação entre as Sanjoaninas e a Culturangra, considerando que enquanto isso não acontecer as contas nunca vão dar

certo, dando conta da necessidade das Sanjoaninas terem um centro de custos autónomo, com as suas despesas imputadas, concluindo a vantagem de se refletir de futuro sobre este facto.-----

Relativamente à responsabilidade, o Vereador Artur Lima disse ter presente a declaração de despedida de Francisco Cota Rodrigues e de Raquel Pinheiro, chamando a atenção sobre o que se disse sobre a oposição na altura da sua demissão.-----

Nesta sequência, o Vereador António Ventura destacou que nada deixou de ser feito em Angra por culpa de quatro Vereadores da oposição, afirmando que tudo o que foi proposto foi feito no concelho, concluindo que a oposição não colocou obstáculos, pedindo apenas para ser informada, querendo debate e consenso. Sobre a questão da responsabilidade considerou que a Câmara tem uma responsabilidade direta sobre a Culturangra e sobre os salários dos funcionários, ressaltando as escolhas que foram feitas e reconhecendo que, na atual conjuntura económica, é tão importante pagar aos funcionários como aos fornecedores, distinguindo a responsabilidade nestes dois pagamentos, concluindo que a dos pagamentos dos fornecedores não pode recair sobre a oposição.-----

O Vereador José Élio Ventura reafirmou que a autarquia dispõe de uma verba para transferir para a Culturangra por forma a garantir o pagamento aos fornecedores, concluindo que a questão que se coloca é saber se a oposição está disponível para que essa transferência seja feita pelo aditamento ao contrato programa, independentemente da responsabilidade e dos compromissos do passado.-----

O Vereador António Ventura considerou que esta apreciação é muito redutora.-----

Na sequência de uma questão colocada pelo Vereador Fernando Dias, a Presidente deu conta de ter enviado no dia anterior, via e-mail, o mapa com as rubricas que não serão utilizadas até ao final da semana e que permitem a transferência da verba.-----

O Vereador Artur Lima concordou com o Vereador José Élio Ventura, apontando que estaria mais à vontade se soubesse quais os fornecedores aos quais será feito o pagamento. A Presidente assegurou que será feito na íntegra a fornecedores locais.-----

No seguimento de algumas trocas de impressões, a Presidente deu conta que a aprovação do contrato programa é essencial para a votação do orçamento.-----

Os Vereadores discutiram sobre os valores do orçamento da Culturangra para 2012. O Vereador Fernando Dias considerou que este padece do mesmo problema dos anteriores e que está sub orçamentado. A Presidente disse estar disponível para discutir o assunto, lembrando que a segunda parte do estudo será apresentada em Abril, considerando que se houvesse alguma adaptação a ser feita devia ser feita via a revisão de Abril, que considerou que não estará muito longe do valor atual. A Presidente indicou que o orçamento está feito com base no estudo, menos a iluminação de Natal que não se vai repetir.-----

Os Vereadores trocaram impressões sobre os valores do orçamento e do contrato programa. O Vereador José Élio Ventura indicou que os Vereadores dizem que o orçamento de 2012 está sub orçamentado por via do resultado económico de 2011. O Vereador Fernando Dias realçou que, para além dessa questão, o orçamento de 2012 está sub orçamentado, devido às Sanjoaninas. A Presidente destacou as despesas correntes das de capital, à semelhança de 2011.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para que estão previstos trinta e um mil euros para alojamento, dando conta do ajuste direto feito pela Culturangra a 1 de Outubro de 2011 no valor de oitenta mil euros, que a Presidente disse ser o valor referente a dois anos civis. O Vereador Fernando Dias comparou o valor com os trinta e um mil euros, que a Presidente disse ser resultado de um trabalho que foi feito por atividade e para o qual prevêem este valor.-----

Após alguma troca de ideias, o Vereador José Élio Ventura afirmou que a questão que se coloca é em relação ao défice de 2011, ainda não confirmado, de setecentos mil euros, o que daria lugar à transferência de 1,9 milhões de euros, anotando que a transferência é de apenas 1,7, ao qual acresce uma verba que transita no valor de quinhentos mil euros, anotando que a despesa em 2012 não será idêntica à de 2011, daí a previsão de 1,7 ser suficiente.-----

A Presidente indicou que a previsão de 1,7 é igual ao cálculo feito para 2011 menos os duzentos e tal mil euros da iluminação. Sobre os valores previstos de deslocações e estadas, indicou que estão previstos para o alojamento trinta e um mil euros para a Culturangra no ano de 2012, especificando os valores conforme o mapa. O Vereador Fernando Dias indagou se esse valor foi feito com base no contrato de dois anos, que disse que daria quarenta mil por ano. A Presidente respondeu que foi feito com base no orçamento para as atividades previstas, sabendo de antemão que não se podem ultrapassar os oitenta mil euros, para dois anos.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se à página 13 do relatório da Smart Vision, concluindo que com o milhão e setecentos mil euros vão ter novamente setecentos mil euros de défice. A Presidente indicou que na mesma página a empresa estima que as transferências da autarquia sejam reforçadas em setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e dois euros, apontando que os dois milhões não são em transferências da autarquia.-----

O Vereador Artur Lima indicou que os 1,7 serão transferência da Câmara, indagando quais as receitas da Culturangra.-----

O Vereador José Élio Ventura referiu que, por analogia entre os dois anos económicos, este ano seria necessário transferir 1,9 e que estão previstos 1,7, concluindo que há uma diferença de 0.2, uma redução de duzentos mil euros da iluminação que não vão ser gastos.-----

O Vereador Artur Lima ressaltou que o orçamento base zero da Culturangra é dois milhões, quinhentos e oito mil euros, indicou que se a autarquia transfere um milhão e setecentos mil euros ficam em falta oitocentos mil euros.-----

A Presidente deu conta que o total da receita corrente é de cerca um milhão, novecentos mil euros, dos quais vêm da Câmara cerca de um milhão e duzentos mil euros, indicando as receitas previstas no mapa que somam o total de cerca de trezentos mil euros. Indicou haver ainda subsídios à exploração no valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros; e setenta e cinco mil euros e da Região, no valor de cinquenta mil euros.-----

O Vereador Artur Lima concluiu que a única solução é o Governo Regional comprometer-se a transferir os duzentos ou trezentos mil euros. A Presidente deu conta que está à espera de uma resposta.-----

O Vereador José Élio Ventura reafirmou que este ano seria necessário transferir 1,9 e que estão previstos 1,7, concluindo que há uma diferença de 0.2, uma redução de duzentos mil euros da iluminação que não vão ser gastos. Concluiu que a projeção para 2012 está alinhada com as despesas previstas e realizadas em 2011, anotando que fica em questão um eventual défice de exploração em relação a 2011, que se fosse efetivada a transferência prevista na adenda, seria inferior a quinhentos mil euros, que disse que terá de ficar pendente até ao próximo ano, em função do que vier a acontecer em 2012, nomeadamente em relação às transferências da Cultura pelo Governo Regional. Concluiu que a projeção está adequada e que o que está em questão é a repercussão do défice em 2012. Indicou que a adenda ao contrato lhe parece ajustada e que o ideal seria a transferência ser feita de imediato.-----

O Vereador Artur Lima concluiu não estar disponível para “branquear” a ação do anterior executivo, anotando que os quer responsabilizar pelos setecentos mil euros, que disse ser culpa destes.-----

A Presidente concluiu que o que está a votação é a proposta de adenda ao contrato programa que permite que para 2012 sejam reforçadas as transferências para a Culturangra em duzentos e trinta e oito mil e trezentos euros, valor este que servirá, se a proposta for aprovada, para pagar a fornecedores do concelho de Angra, acrescentando que trará uma lista com o nome de todos.-----

Orçamento da Culturangra, EEM para o ano de 2012

Ent. 6385 - Orçamento da empresa municipal **Culturangra, EEM**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. – **Este assunto foi retirado, na sequência da reprovação da proposta anterior.**-----

Orcamento para 2012 e Plano de Actividades da TERAMB

Ent. 6298 – Orcamento da **TERAMB, EEM – Empresa Municipal de Gestao e Valorizacao Ambiental da Ilha Terceira**, para o ano 2012, para aprovacao do orgao executivo municipal. - **A Câmara Municipal retirou este assunto.**-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que os Vereadores do PSD tinham pedido o relatório do primeiro semestre do ROC, que disse ser fundamental para a discussao do orcamento, anotando o atraso de seis meses.-----

O Vereador José Élio Ventura leu o parecer do ROC, que o Vereador Fernando Dias considerou ser insuficiente.-----

O Vereador Artur Lima considerou ser mais uma afronta do antigo Presidente do Conselho de Administracao.-----

O Vereador Fernando Dias referiu que o que está em falta é um relatório sobre a situacao financeira da empresa, conforme disse estar previsto na lei.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atencao que as empresas municipais são obrigadas a apresentar relatórios trimestrais de execucao, que disse nunca terem sido pedidos, embora a legislacao o exija, acrescentando que um relatório por semestre seria aceitavel. O Vereador concluiu que não se está a cumprir a legislacao, propondo que o assunto seja retirado.-----

Calendário reuniões do executivo Municipal para 2012

Proposta de calendário das reuniões do orgao executivo municipal do ano de 2012, para aprovacao do mesmo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o calendário em causa.**-----

A Presidente indicou que a proposta apresentada aos Vereadores prevê as reuniões quinzenais, atendendo à delegacao de competencias, prevê ainda que as últimas

reuniões do mês sejam públicas, passando a dar conta das freguesias previstas para cada mês.-----

Plano de Arrendamento de Pastagens Baldias 2012 do Município

Ent. 6278 – Ofício n.º 995, datado de 9 do corrente, do Serviço de Florestas da Terceira, comunicando que foi prorrogado o prazo para submissão do Plano de Arrendamento e Pastagens Baldias 2012 do Município, atendendo a que não será possível remete-lo antes do final de Dezembro do ano em curso, conforme prevê o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2008/A, de 24 de Julho. Para conhecimento do órgão executivo. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Agradecimento

Ent. 6279 – Comunicação, datada de 5 do corrente, da **Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrariarium**, agradecendo a colaboração do Município, a qual permitiu a participação da mesma nos festivais “Pax Jvlia 20 anos SEMPERTESUS” e “IV Fitualle”, para conhecimento do executivo camarário. Para conhecimento do órgão executivo. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....